

GABRIEL FELTRAN

Irmãos

Uma história do PCC

Para Toninho e Rege

[...] *enquanto combatia na escuridão (enquanto seu corpo combatia na escuridão), começou a compreender.*

Jorge Luis Borges,
“Biografia de Tadeo Isidoro Cruz (1829-74)”

Sumário

PARTE UM — A SOCIEDADE SECRETA

| | |
|-------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Maçonaria do crime | 13 |
| 2. “O que está embaixo é como o que está no alto” | 46 |
| 3. A economia e o PCC | 77 |
| 4. Mercados (i)legais | 103 |

PARTE DOIS — A POLÍTICA DE EXPANSÃO

| | |
|-----------------------------------------|-----|
| 5. Antes do PCC | 129 |
| 6. Cadeia e rua, mesmo ritmo | 176 |
| 7. A justiça do PCC | 209 |
| 8. Paz tem preço | 237 |
| 9. Políticas do crime | 266 |
| 10. A máquina crime-segurança | 284 |

| | |
|--------------------------------------------------------|-----|
| Notas | 291 |
| Apêndice: Estatuto do PCC (Terceira Geração) | 305 |
| Sobre este livro | 311 |

PARTE UM
A SOCIEDADE SECRETA

1. Maçonaria do crime

Quarta-feira, dia 15 de junho de 2016. Anoitecia em Pedro Juan Caballero, fronteira do Brasil com o Paraguai. A câmera de segurança de uma farmácia registra o momento em que uma Toyota Fortuner diminui o ritmo até quase parar, forçando a aproximação de outros quatro veículos que vinham atrás, em comboio. No segundo deles, uma Hummer blindada, está Jorge Rafaat, conhecido na imprensa como o “Rei da Fronteira”. Nos outros três veículos estão seus seguranças pessoais.

Brasileiro de origem libanesa, Rafaat havia sido condenado a 47 anos de prisão por tráfico de drogas e lavagem de dinheiro no Brasil, mas respondia em liberdade e vivia no Paraguai, reconhecido como um empresário de sucesso tanto no ramo legal como ilegal da economia. Sabia-se de suas empresas de pneus e de segurança privada em Pedro Juan, de suas faculdades de medicina e de suas fazendas, bem como de um albergue que mantinha, por filantropia, para moradores de rua. Rafaat não respondia a nenhum processo judicial no Paraguai, embora desde os anos 1980 tenha sido investigado por associação ao tráfico e, nos anos 1990, material

para refino de cocaína tenha sido encontrado em fazendas de sua propriedade.

Não era segredo que estavam tentando matá-lo. Alguns meses antes, os homens de sua guarda particular haviam frustrado uma tentativa de assassinato, envolvendo um carro-forte com três atiradores e armamento pesado, inclusive uma metralhadora MAG, arma de guerra. O ocorrido fez Rafaat reforçar ainda mais sua segurança particular, que passou a ser formada por trinta homens treinados por uma empresa polonesa, portando pistolas e fuzis. Três carros de segurança o acompanhavam sempre, e outros homens ficavam de prontidão em sua casa.

Comentava-se ainda que o empresário dispunha de um esquema sofisticado de comunicação e inteligência, cujas informações gravadas não passavam sequer pelas operadoras de telefonia. Seus informantes estariam por toda parte, e seus braços nas polícias locais, pagos com subornos, também lhe serviriam de proteção. Um mês antes de chegar com sua Hummer à fatídica esquina, ele havia visitado, numa cela suntuosa de uma penitenciária paraguaia, um de seus velhos parceiros e outro dos maiores traficantes da região, Jarvis Pavão, um sul-mato-grossense com sotaque do interior e fala mansa.

Pavão teria trânsito mais livre com gente do Primeiro Comando da Capital na região, por ter conhecido e se aproximado de Cezar Veron, um dos pioneiros da facção no Paraguai. Rafaat e Pavão, dentro da cela, teriam conversado sobre o conflito entre o Rei da Fronteira e o PCC, que desde 2013 se desenrolava, mas que, em junho de 2016, já era uma guerra declarada. A conversa não resultou em acordo. Logo depois da visita, Rafaat foi entrevistado em uma rádio local e afirmou que traficantes de fora do país tinham interesses econômicos na região; que queriam transformar a fronteira em um bairro “como as favelas brasileiras”. Ao público, apresentava-se como alguém que cuidava da ordem na

fronteira, evitando que “gente de fora” trouxesse o caos para o local.

A presença do PCC na fronteira ameaçava os negócios de Rafaat e, sobretudo, ameaçava sua vida. Reportagens contam que o empresário teria procurado seus contatos policiais, brasileiros e paraguaios, e entregado a eles nomes, números de telefone e endereços de traficantes ligados ao Primeiro Comando da Capital na região. Tentava, fechando acordos informais com a polícia, ter mais aliados na sua guerra à facção brasileira. Tentativas de negociação, falas públicas, acordos com a polícia, segurança privada reforçada, nada disso adiantou.

Naquela noite de 15 de junho, quando Rafaat e seus seguranças se aproximaram da Toyota Fortuner, tiros foram ouvidos no entorno. A segurança se alarmou, e o comboio parou por segundos. Enquanto seus homens se davam conta do que acontecia, Rafaat acelerou sua Hummer e os deixou para trás, tentando uma fuga pela direita. Mas o piloto da Fortuner foi mais ágil e acelerou a tempo de não permitir sua passagem. Era a ocasião decisiva.

Uma rajada de metralhadora calibre .50, outra arma de guerra, sobreveio da traseira da Toyota. Dezenas de projéteis romperam a blindagem da Hummer de Rafaat. Ao menos dezesseis tiros o atingiram na cabeça, no peito, nos ombros. Morria o “Rei da Fronteira”.

Na perspectiva do agente da Polícia Federal que atua na fronteira do Brasil com o Paraguai analisando gravações de traficantes, dados de contas bancárias e documentos de membros da facção, o PCC tem uma face mercantil evidente. Movimenta-se muito dinheiro do tráfico de armas e drogas por lá. Para quem nasceu numa favela e tem um tio de 45 anos batizado no PCC, visitado pela tia a cada semana graças ao dinheiro do Partido, a facção é muito

diferente do que para quem nasceu na elite e ouve falar do assunto pelo seu *feed* de notícias do Google.

Do ponto de vista do policial militar que faz ronda ostensiva numa favela de São Paulo, vê-se uma outra face do PCC: muito jovem, ligada ao tráfico no varejo e ao oferecimento de uma justiça local à população das quebradas, as periferias e favelas. Para o policial civil, o advogado criminalista ou o agente prisional que vive todos os dias entre relatos e investigações sobre assaltos realizados por ladrões vinculados ao Comando, o PCC tem negócios diversos, de desmanches a furtos a caixas eletrônicos, e envolve pessoas reais, como as que vê o jornalista, que tem dois dias para visitar uma cadeia e escrever sua matéria. Para os pesquisadores, as pessoas reais do PCC parecem menos importantes do que a lógica de funcionamento da facção.

Para um menino de dezesseis anos que trafica drogas e ouve funk em uma esquina carioca, o PCC é algo muito diferente do que para um rapaz de Sapopemba, na Zona Leste de São Paulo, que com a mesma idade ouve o rap das antigas. O Primeiro Comando da Capital, na visão de um integrante da Família do Norte (FDN), grupo criminal rival, é diferente da facção genérica que vê o juiz de uma vara criminal de São Paulo, do Ceará ou do Paraná. Para eles, todas as facções estão fora da lei, são parte do crime organizado, e é isso o que importa.

Para quem conhece de perto a história de participação do PCC na redução em 70% dos homicídios no estado de São Paulo, nos anos 2000, o mundo do crime é muito diferente do que para quem teve seu condomínio assaltado e foi mantido como refém por integrantes da facção. Finalmente, para um irmão do PCC que há vinte anos está na caminhada, como é conhecida a vida no crime, a facção que conheceu nas treze cadeias onde esteve é muito diferente do que ela é para o usuário de crack que, depois de vagar de

cidade em cidade, conhece a disciplina do Comando nas ruas da região da Luz, no centro de São Paulo.

Há pelo menos uma década o Primeiro Comando da Capital preocupa a Interpol e o FBI, além do Departamento de Narcóticos dos Estados Unidos. O Ministério Público brasileiro estima que, em 2018, o PCC tenha mais de 30 mil integrantes batizados em todos os estados da federação. Ao menos outros 2 milhões de homens, mulheres e adolescentes, mesmo que não batizados, são funcionários de baixo escalão dos mercados ilegais no Brasil e *correm com o Comando* em periferias, ruas e favelas de todo o país. Ainda tem mais. Integrantes da facção fazem negócios legais e ilegais no atacado em ao menos quatro continentes, tendo em suas redes gente das mais diversas origens étnicas, nacionais e sociais. A fronteira com o Paraguai, onde Jorge Rafaat foi emboscado em 2016, é apenas um dos pontos relevantes desses mercados.

Há 25 anos, a história era outra. O PCC era fundado em uma cela escura, por um grupo de oito presos que jogavam futebol juntos no anexo da Casa de Custódia de Taubaté (CCTT), unidade prisional então destinada ao castigo dos indisciplinados. Conta-se que o Comando da Capital disputava na bola, e na faca, a liderança da cadeia contra o Comando Caipira, formado por presos do interior. A maioria dos detentos havia chegado sob acusação de incitar rebeliões, como a que terminou com a ocupação policial e o massacre de 111 presos do pavilhão 9, na Casa de Detenção do Carandiru, em 1992. A história das prisões e das facções em São Paulo era sangrenta. Todos os anos havia dezenas de mortos nas cadeias de São Paulo. Em Taubaté, diz-se que o PCC começou a ter visibilidade quando seus integrantes decapitaram um dos líderes opositores e jogaram futebol com sua cabeça.

“Se quer guerra, terá/ Se quer paz, quero em dobro.” Os versos dos Racionais MC’s resumem bem a ideologia original do PCC. A facção cresceu inicialmente nos presídios paulistas. Os presos tinham problemas práticos e o PCC tinha um método para tentar resolvê-los. O uso da força se faz em última instância. Sempre à espreita, a violência eclodia em rebeliões e mortes de opositores, porém não era o jeito mais sábio de proceder. A proposta dos presos, de muitos grupos, sempre foi a de que *o certo* prevalecesse, mas muita coisa errada era vista todos os dias. Era preciso união entre os presos, pelo certo, e o PCC propôs uma forma específica de fazê-lo.

Para qualquer *fita* errada, qualquer treta, qualquer opressão de preso contra preso, os irmãos batizados no Comando seriam mediadores de debates, e decidiriam juntos quem estava certo e quem estava errado. Mais do que isso, os irmãos acessariam por meio de suas longas discussões o que seria o correto, o justo e o perfeito em cada situação. Os irmãos, depois de ouvirem todos, *sumariavam* o que era o certo em cada situação, resolvendo as contendas.

Se está devendo, tem que pagar; se não pode pagar, algum familiar paga. Se é um menino muito novo, que sirva de lição. Na próxima vez pode ser pior, ele pode ser cobrado ou ser mesmo expulso do convívio. Com esse método de proceder cotidiano, criaram-se as primeiras políticas do PCC, seu primeiro estatuto, revisado ainda muitas outras vezes nessas duas décadas e meia, adaptando-se aos novos momentos da facção.

Os efeitos práticos dessas políticas interessavam aos presos. Na disciplina do PCC foram interditados o estupro, o homicídio considerado injusto, e, anos mais tarde, aboliu-se o crack em todas as cadeias da facção no estado de São Paulo. Havia muito mais a fazer. Viabilizar as visitas de parentes e advogados, conseguir um sabonete ou uma pasta de dente para os presos em dificuldade,

um cigarro para o ócio, maconha, cocaína e uma TV para ver a Copa do Mundo. A facção se tornou ainda uma forma de organizar as negociações, lícitas e ilícitas, com os funcionários e a direção dos presídios.

Oferecendo aos presidiários uma ordem previsível para a vida cotidiana, o PCC ganhou o respeito e o consentimento ativo da massa prisional em São Paulo. “Pode crer, pela ordem”, cantou o rap nos anos 1990. Ordem que não era total, mas já respeitada pela maioria dos presos no final daquela década. Consentimento ativo, consideração que se traduzia em mais força para derramar o sangue dos que fechavam com *o errado*, na visão do Comando. Paz entre nós, guerra ao sistema. A guerra do PCC contra os “coisa”, como são chamados por eles os policiais, as facções rivais, os esturpadores e “caguetas” se tornou nos anos 1990 a outra face da *paz entre os ladrões*. A facção buscava unidade sob sua bandeira, sua camisa, sua disciplina. Era só o início.

UMA METÁFORA

Toyota Fortuner, cor prata. Se a observamos por cima, vemos seu teto e seu capô, mas não as rodas. Observando-a por baixo, dá para ver suas quatro rodas, mas não em forma circular. Tomando o ponto de vista lateral, podemos ver duas rodas, seu formato de círculo, mas não as quatro que o veículo possui. Lugar-comum: a partir de cada ponto de vista em que se observa um assunto e dependendo do quanto se sabe sobre ele, é possível ver algumas coisas e, ao mesmo tempo, impossível ver outras. Um mesmo objeto — uma roda — pode aparecer como círculo, ou como retângulo, a depender do ponto de observação.

Como podemos formular uma visão geral dos assuntos, tendo sempre visões parciais? Da Toyota, do PCC? Há sempre duas

maneiras: a experiência concreta ou a dedução lógica, uma espécie de adivinhação. Em qualquer dos casos, usamos alguma referência para apoiar o raciocínio. No caso daquela Toyota Fortuner, sabemos que é um tipo de “carro”. Temos experiência em vê-los por cima, por baixo, pelo lado. Mesmo que não pensemos a respeito, nossa cabeça se utiliza dessa referência e faz com que enxerguemos a Toyota inteira quando vemos, na verdade, sempre só um lado dela. Não é preciso adivinhar o outro lado. Olhando um pneu por baixo, sabemos pela experiência que é redondo.

Com o PCC não é diferente. Uma boa metáfora de referência nos ajuda a entender como a irmandade opera, mas, a partir de uma metáfora ruim, acabamos por nos atrapalhar. Há um problema no modelo que tem sido usado normalmente para entender a facção. Marcola, Gegê do Mangue, Capuava, Fuminho, Biroasca, Macarrão, Cabelo Duro, Julinho e muitos outros nomes povoam jornais e revistas que apresentam organogramas duros de funcionamento do PCC. Muitos integrantes morrem, mas a facção se fortalece. Promotores, juízes e jornalistas encontram mais uma liderança do PCC, e ela é presa. A notícia seguinte é a de que um novo assalto espetacular foi praticado.

Foi assim nas últimas décadas, continua sendo assim. Quanto mais esses “líderes” são transferidos a regimes de isolamento, ou mesmo mortos, quanto mais seus carregamentos milionários de drogas ou seus planos de assaltos fantásticos são desbaratados, mais o PCC se expande. É preciso entender o que se passa. O Primeiro Comando da Capital não se organiza como os grupos criminais já conhecidos. O PCC não se parece, em funcionamento, nem com os Comandos cariocas, nem com as facções de outros estados do Brasil, nem com as gangues prisionais americanas, e difere em vários aspectos das máfias italianas, russas ou orientais. As teorias do crime organizado reconhecidas nas universidades e academias de polícia até o momento são insuficientes, para não

dizer equivocadas, para captar os modos de funcionamento da facção.

Fazemos pesquisa sobre o PCC há muito tempo, eu e muitos outros professores, colegas, parceiros de universidade, jornalistas, advogados, agentes penitenciários, criminalistas, investigadores de polícia e muitos, muitos moradores das periferias urbanas. Lendo e conversando uns com os outros, vamos entendendo um pouco do que se passa. Mesmo com tanta pesquisa, com tanto conhecimento sobre cada face do Comando, é ainda necessário acertar na metáfora, na referência, no modelo geral de raciocínio para entender a facção. Estamos chegando lá.

A maioria dos que lidam com o PCC usa o modelo empresarial para compreendê-lo. Olhando para uma de suas faces de operação, a mercantil, teríamos o todo. A finalidade da facção seria, em última análise, econômica. A metáfora da empresa é insuficiente (serviria para entender parte da atuação de uma sintonia do PCC, como veremos, mas nunca o todo da facção). Além disso, essa metáfora supõe um CEO, um presidente ou um conselho de administração, com autoridade para ordenar o que devem fazer seus subordinados — inferiores em hierarquia e economicamente dependentes dessa liderança. O PCC não funciona assim.

Em outros casos, vê-se a face guerreira do PCC, e utiliza-se para entender o todo a metáfora da organização ou comando militar, instituída em torno de um chefe, um general que se utiliza de estratégias de guerra para conquistar territórios e riquezas, subjungando ou defendendo populações locais. A finalidade da facção seria o poder, entendido como força, domínio, jugo, ou mesmo como inteligência militar, infiltrando-se estrategicamente em burocracias estatais, na política, na gestão de portos e aeroportos. Novamente, essa pode ser a forma de operar de uma sintonia da facção, e dos grupos de alguns de seus integrantes, mas não a maneira geral de o PCC funcionar.

Retroalimentadas, essas duas metáforas pedem a existência de um chefe, não importa se Fernandinho Beira-Mar, Elias Maluco, Rafaat, Cabeça Branca ou Rogério 157, Marcola ou Nem. Mesmo reconhecidamente atuando com estilos diferentes, esses grandes traficantes — o tráfico de drogas informa muito mais as investigações do que outros tipos de crime — seriam todos parecidos no fato de imporem seu jugo sobre territórios e populações, com a finalidade de ganhar muito dinheiro. Em benefício próprio ou de suas organizações criminosas, esse chefe imporá suas vontades sobre os integrantes hierarquicamente inferiores, conquistando territórios e riquezas.

Em ambos os modelos, a empresa e o comando militar, a capacidade para mandar, entendida como poder político, e a capacidade para extrair lucro, entendida como poder econômico, estariam concentradas em pessoas e não em posições, em indivíduos e não em funções, consideradas centrais da organização. Em ambas as lógicas, a econômica ou a guerreira, as armas, os saberes e contatos à disposição da organização criminosa sustentariam o poder de mando sobre territórios e gerentes de mercados ilegais, lesando o Estado e “a sociedade”. A violência e a capacidade de fazer dinheiro seriam manifestações do poder organizacional, e por isso seus chefes são sempre retratados como ardilosos e milionários, além de implacavelmente violentos, sempre que necessário.

O PCC funciona de forma totalmente diversa desses modelos, embora seja assim retratado em muitas reportagens e investigações. Ainda que seja uma irmandade de muitos empresários criminais e empreendedores autônomos, que atuam em mercados legais e ilegais, no varejo e no atacado, a facção não funciona como uma empresa. Embora promova operações de guerra e de resgate, como o atentado a Jorge Rafaat ou o assalto cinematográfico ao Banco Central em Fortaleza, o PCC não funciona como comando militar. É preciso conhecer a história da facção, ainda que

telegraficamente, para entender como um modo de se organizar inspirado nas irmandades secretas, como a maçonaria, pôde prosperar.

A REVOLUÇÃO INTERNA

A fumaça dos colchões queimados saía pelas janelas dos pavilhões da Casa de Detenção, no Carandiru, Zona Norte de São Paulo. Era domingo, 18 de fevereiro de 2001, hora do almoço, dia de visita. Ouviam-se gritos, estrondos de grades batendo com força, correria. Para além dos mais de 7 mil presos, havia ainda cerca de 5 mil familiares e funcionários esperando para entrar no então maior presídio do país. Mil dessas pessoas eram crianças — filhos ou sobrinhos dos detentos.

A situação era nova, mesmo para quem conhecia o sistema carcerário havia muito tempo. Do lado dos presos, a novidade era a ruptura com a paz justamente em dia de visita. Mas a principal novidade, para o público que assistia às cenas pela televisão, eram os escritos grafados em preto nos lençóis brancos, pendurados nas janelas, nos telhados e estendidos nos pátios do presídio amotinado. A sequência dos números 15.3.3. não era totalmente compreensível, até que nos explicassem que representava as posições no alfabeto das letras P.C.C. O lema da facção — até então Paz, Justiça e Liberdade — estava sempre escrito ao lado, de todas as maneiras. Em uma das faixas, “PCC é nois”.

Rumores de mortos na rebelião, rotina nas cadeias até aquele período, também se espalhavam, deixando os parentes em pânico do lado de fora. Ainda nesse clima, foi-se espalhando a notícia de que a revolta não era apenas na Casa de Detenção. Aquele motim era apenas mais um. As palavras de ordem do PCC também ecoavam, de forma inédita, em nada menos de 29 unidades prisionais